



DA REPORTAGEM LOCAL
grupo.redacao@j.com.br

Gestores

Gestores de todas as unidades de serviço da Prefeitura de Jundiá participaram ontem (24) pela manhã da quarta reunião de trabalho com as plataformas. Segundo o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, o grupo começou a definir os programas que vão pautar o novo ciclo de planejamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018.

Ainda na reunião

Durante a reunião, também foi apresentado um resumo da execução orçamentária da prefeitura. "A perspectiva que tínhamos quando chegamos mudou pouco. O orçamento está desestruturado, com déficit de R\$ 106 milhões. Nossa meta é equilibrar as receitas e despesas para atingir a meta", destaca Parimoschi, lembrando que a ordem é manter a austeridade nos gastos, "fazer mais com menos".

Greve em Louveira

A paralisação dos servidores públicos da Prefeitura e da Câmara de Louveira continua com grande adesão. Diariamente se reúnem para cantar o Hino Nacional. Ontem, o prefeito da cidade, Nicolau Finamore Junior, editou portaria disponibilizando os comissionados para atuar nas escolas municipais com o intuito de "dar um suporte para suprir a falta das pessoas que aderiram a greve."

Ato de protesto

Diante da pressa que toma conta da Câmara dos Deputados para a aprovação a toque de caixa da proposta de Reforma Trabalhista (PL 6787/16), a Seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) convida para ato de protesto contra a tramitação em regime de urgência da proposta de alteração da legislação trabalhista. O manifesto será realizado hoje (25), às 10h, na sua sede institucional, situada à rua Maria Paula, 35, Centro.

Schwarzenegger

O ator Arnold Schwarzenegger esteve reunido com o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), nesta segunda-feira (24), em reunião a portas fechadas. Eles conversaram sobre meio ambiente e sustentabilidade. Em vídeo postado na página de Dória, no Facebook, Schwarzenegger elogiou o prefeito de São Paulo pela sua paixão pelo meio ambiente, pelas pessoas.

Mesada

O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha recebeu mesada de R\$ 547 mil por três anos, segundo um dos delatores da Odebrecht. Benedito Júnior afirmou em seu depoimento que o ex-deputado recebeu um total de R\$ 19,7 milhões entre setembro de 2011 e agosto de 2014. O valor é referente às obras de revitalização e manutenção do Porto Maravilha, no Rio, executadas por um consórcio formado pela Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. (Folhapress)

► 100 DIAS

Aprillanti encaminha emendas para marginal

Para celebrar os 100 dias de mandato como deputado estadual, Junior Aprillanti (PSB) - que assumiu a vaga por ser o primeiro suplente do partido, na vaga deixada por Átila Jacomussi, de Mauá, - apresentou balanço das ações parlamentares na Câmara Municipal de Jundiá, na noite de ontem (24). Para o próximo semestre, o deputado aguarda a aprovação e liberação de R\$ 3 milhões em emendas, sendo R\$ 1.050 milhão para a recuperação asfáltica e colocação de defensas metálicas nos 24 quilômetros das mar-

ginais que ligam Jundiá, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista.

O evento de ontem contou com a presença de vereadores de cidades do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) e representantes de vários partidos. "Fizemos 135 ações parlamentares até quinta-feira, dia 20. Sou considerado pelos servidores da Assembleia e companheiros como o mais atuante", comemora o ex-secretário de Obras de Jundiá, da gestão anterior.

Agora, do lado legislativo, tem se reunido com os secretários estaduais e prefe-

tos para cobrar ações para as cidades, principalmente do AUJ. "Durante o recesso parlamentar, fiz contato em todas as cidades para identificar as necessidades e estamos lutando para isso. Fiz emendas no valor de R\$ 3 milhões que vão beneficiar toda a população. Para as marginais do rio Jundiá, que interliga até Campo Limpo Paulista, foi indicado R\$ 1.050 milhão para recuperação. Essa é a principal ligação entre as cidades, que atenderá não só a população daqui como quem vem de Jarinu", detalha. (L.M.)



AÇÕES Junior Aprillanti, deputado estadual, é o mais atuante do início do ano

► SEM ESPECULAÇÃO

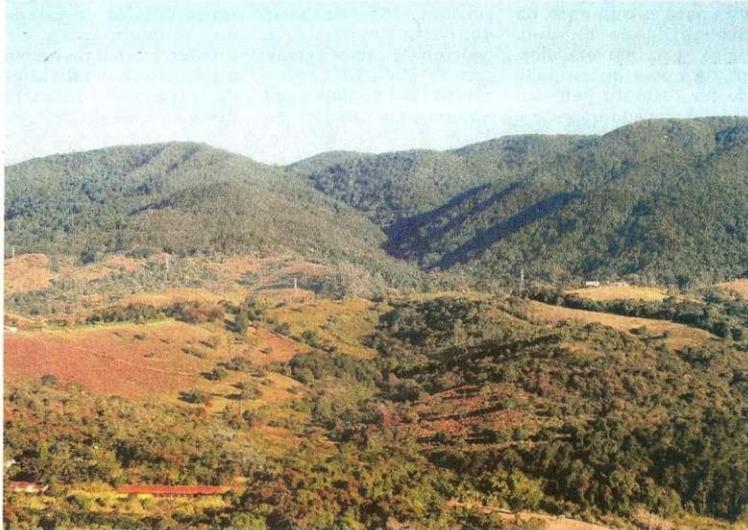
Projeto de Lei Complementar amplia para 10 anos prazo que veda o uso imobiliário da Área de Gestão da Serra do Japi

Audiência pública discute ampliação de congelamento

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A Área de Gestão da Serra do Japi foi, em 24 de maio de 2012, bloqueada por cinco anos - com base na Lei Complementar 518/2012 - para procedimentos administrativos para fins imobiliários. Como o prazo de congelamento vence no próximo mês, o vereador e presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), elaborou o projeto de lei complementar 1.018 para ampliar o prazo para mais 10 anos. Com pareceres favoráveis de vários órgãos, o assunto será discutido em audiência pública, na próxima quinta-feira (27), às 19h, na Câmara de Jundiá.

A Lei Complementar 518/2012, de autoria do então prefeito de Jundiá, Miguel Haddad (PSDB), hoje deputado federal, proibiu a expedição de diretrizes, licenças, aprovações e autorizações no Território de Gestão da Serra do Japi, loteamentos, condomínios, indústrias, edifícios multifamiliares, hotéis, pousadas, chalés, camping ou similares, conjuntos habitacionais, pesqueiros e parques privados de lazer, clí-



PROTEÇÃO Intenção da lei complementar, do vereador Gustavo Martinelli (PSDB), é estender o prazo para mais 10 anos

nicas, casa de repouso ou similares por cinco anos.

A área delimitada é ampla e abrange bairros como Paiol Velho, Terra Nova, Santa Clara, Ermida, sendo delimitada pelas rodovias Bandeirantes, Anhanguera, Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e divisa

com as cidades de Cajamar, Piraçara do Bom Jesus, Cabretiva e Itupeva.

Prioridade

O assunto foi apontado pelo atual prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) como prioritário durante a apresenta-

Lei Complementar 1.018/2017. "Conversei com o prefeito e o meu projeto está no jurídico da prefeitura. O texto já tem parecer favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) e também da DAE. Por ser um projeto de lei complementar, há a necessidade de audiência pública única. A votação deve acontecer no dia 9 de maio. Assim o tempo não ficará apertado para o prefeito sancionar, antes do fim do prazo da lei em vigor", argumenta o autor, lembrando que a proteção do meio ambiente foi uma solicitação do bispo diocesano de Jundiá, dom Vicente Costa, durante encontro na Câmara, no mês passado, quando foi anunciar a Campanha da Fraternidade.

Revisão

Para a presidente do Comdema, Sílvia Lúcia Cabreira Merlo, a extensão do prazo do congelamento do Território de Gestão da Serra do Japi é uma necessidade. "Enquanto não for feita revisão do PLC 417/2002, esse congelamento é fundamental para proteção da área, que representa quase um terço da cidade", argumenta.

► NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Maia pretende concluir votação de reforma trabalhista até quinta

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta segunda-feira (24) que pretende votar o texto da reforma trabalhista no plenário da Casa até quinta-feira (27). Entretanto, a base aliada precisa antes ao menos discutir o texto da MP 752/16, que está trancando a pauta. O texto trata de novas regras para a prorrogação e relicitação de contratos de concessão.

Os parlamentares da oposição disseram que vão obstruir os trabalhos para votação da medida. Um dos principais desafios, no entanto, será atingir o quórum para a votação, já que até as 17h apenas 84 dos 513 deputados estavam presentes. Segundo Maia a estratégia será concluir a discussão da MP, o que liberaria a pauta. "A gente vai tentar votar hoje a MP que está

na pauta, mas a gente sabe que não é fácil", disse.

Com a liberação da pauta, a intenção do governo é acelerar a votação do projeto de lei (PL) 6787/16 que trata da reforma trabalhista, diante das dificuldades na negociação de pontos da reforma da Previdência. O governo pretende ainda terminar a votação de emendas ao projeto de recuperação fiscal dos estados superendividados (PLP 343/17), que não foi concluída na semana passada. Segundo Maia, a votação deve ocorrer nesta terça e não deve atrapalhar o cronograma de apreciação da reforma trabalhista. "Nesta terça temos a pauta da recuperação fiscal e pretendemos acabar com essa votação no mesmo dia. Na quarta e quinta-feira votaremos a reforma trabalhista, começando na quarta, se não acabar a gente

termina a reforma trabalhista na quinta-feira até 15h. A reforma da Previdência, semana que vem em plenário."

O texto da reforma trabalhista, apresentado pelo relator Rogério Marinho, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho estabelecendo que os acordos entre patrões e empregados prevaleçam sobre a lei nas negociações trabalhistas em temas como banco de horas, parcelamento de férias e plano de cargos e salários, entre outros.

Marinho propôs também o fim da contribuição sindical obrigatória e incorporou normas para reduzir o número de ações na Justiça do trabalho. O relator incluiu ainda a possibilidade de negociação do aumento na jornada de trabalho, que poderá chegar a 12 horas. (A.B.)

► ODEBRECHT

Moro vai interrogar Marcelo novamente

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, decidiu nesta segunda-feira (24) realizar novo interrogatório com sete executivos da Odebrecht, incluindo o ex-presidente da empreiteira, Marcelo Odebrecht. Todos eles são réus na mesma ação penal que envolve o ex-ministro Antonio Palocci, no âmbito da Operação Lava Jato.

Os outros executivos da empresa que serão interrogados novamente são Fernando Migliaccio da Silva, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, Luiz Eduardo da Rocha Soares, Marcelo Rodrigues, Olívio Rodrigues Júnior e Rogério Santos de Araújo.

No despacho publicado, Moro ordenou ao Ministério Público Federal (MPF) que juntasse aos autos do processo os

depoimentos que estes executivos prestaram no conjunto das delações da Odebrecht, que tiveram o sigilo levantado pelo STF há duas semanas. O requerimento para que tais colaborações fossem incluídas na ação penal foi feito pela defesa de Palocci.

"Permanecem válidos os depoimentos anteriores e os novos interrogatórios versarão apenas sobre eventuais perguntas adicionais", explicou Moro. A defesa do ex-ministro havia solicitado, também, a inclusão das delações premiadas dos marqueteiros João Santana e Monica Moura aos autos. O pedido foi negado sob a justificativa de que, tais depoimentos ainda não tiveram o sigilo levantado pelo STF. O novo interrogatório foi marcado para 5 de maio. (A.B.)